

ambiente

Bacia do Xingu lidera em desmatamento na Amazônia, diz estudo

Segundo especialistas, obras de infraestrutura e enfraquecimento da fiscalização alimentam destruição

Monica Prestes

MANAUS Apesar de ter dezenas de áreas protegidas, o trecho paraense da bacia do rio Xingu registra a maior taxa de desmatamento da Amazônia Legal. O levantamento é de ONGs ambientais, que estão cobrando ações de diversas instituições públicas para conter a destruição crescente. A bacia do Xingu engloba uma área de mais de 50 milhões de hectares entre o Pará e Mato Grosso, incluindo 28 Terras Indígenas (TIs) e 18 Unidades de Conservação (UCs). As áreas protegidas contíguas (21 TIs e 9 UCs) formam o Corredor Xingu de Diversidade Socioambiental, de 26 milhões de hectares.

As áreas desmatadas na bacia correspondem a quase metade dos alertas de desmatamento registrados em todo o Pará entre agosto de 2019 e abril de 2020, apontou o Deter, ferramenta do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) que identifica os focos de desmatamento e queimadas em tempo real.

O desmatamento no Xingu contribui para que o Pará seja o estado amazônico com a maior área de alertas de Deter entre 2019 e este ano. No estado, o aumento das áreas de alerta de desmatamento foi de 170%. Passou de 86 mil hectares, entre agosto de 2018 e abril de 2019, para 233 mil, de agosto de 2019 a abril de 2020.

O Xingu paraense tem diversas áreas protegidas na lista das mais desmatadas do país em 2019. São os casos da TI Ituna Itatá e da Área de Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu. Os dados constam no Prodes, ferramenta de monitoramento do Inpe de desmatamento consolidado.

As áreas protegidas da bacia do Xingu sofrem pressão, principalmente, das invasões, exploração ilegal de madeira, e dos garimpos ilegais. Pelo menos oito pistas de pouso e 1.500 km de estradas clandestinas foram identificadas na bacia desde o ano passado.

Para a advogada do Programa Xingu, do ISA (Instituto Socioambiental), Elis Araújo, a explosão do desmatamento na região se deve à grande extensão de áreas protegidas contíguas, ao enfraquecimento dos órgãos de fiscalização e à especulação imobiliária provocada por grandes obras, como a usina de Belo Monte, construída no governo Dilma Rousseff (PT), o asfaltamento da rodovia BR 163 e o projeto Ferrogrão, ferrovia planejada para conectar a região norte de Mato Grosso ao porto de Miratituba (PA), definida como prioridade do governo de Jair Bolsonaro (sem partido).

De acordo com Juan Doblas, doutorando em sensoriamento remoto no Inpe, o desmatamento na bacia é alimentado pela "sinalização de impunidade e de conivência à grilagem" no governo Bolsonaro, que tem prometido legalizar invasões de terras e garimpos em territórios indígenas. "A cumplicidade do governo com os crimes ambientais ficou explícita. Se juntar impunidade com a expectativa de regularização ou legalização das grilagens e desmatamentos, tem uma bomba, que explode em territórios com status fundiário em curso. Isso gera uma brecha, onde os grileiros se enfiam", diz Doblas. A Secretária do Meio Ambiente do Pará informou que

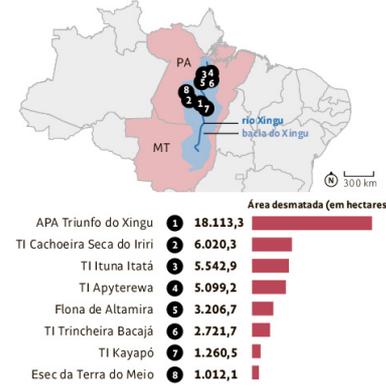
Xingu sob pressão

Bacia do rio que corta Mato Grosso e Pará é a região com mais desmatamento do país

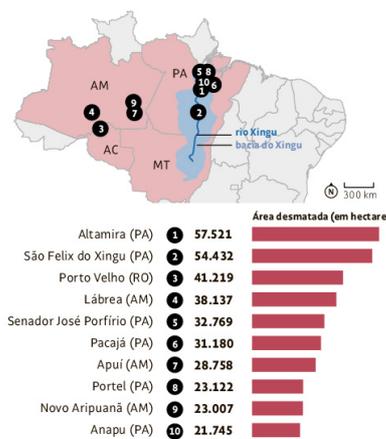


8.892 hectares foram desmatados nas áreas protegidas da Bacia do Xingu só nos primeiros quatro meses deste ano, 56% a mais que em 2019

As oito áreas protegidas mais desmatadas na Bacia do Xingu entre agosto de 2019 e abril de 2020



Metade dos municípios que mais desmataram em 2019 está no Xingu



Fontes: Deter, SAD/Imazon e Sirad X

uma operação de combate ao desmatamento está em andamento na região e que foram embargados 3,880 hectares na APA Triunfo do Xingu. O governo do Pará disse que "fomenta o desenvolvimento socioeconômico da região", por meio do desenvolvimento de cadeias produtivas, análise do Cadastro Ambiental Rural e regularização fundiária. O MPF no Pará diz que as representações de Altamira e

Redenção "contam com quadro completo de servidores". O órgão informou que vem emitindo, desde 2019, recomendações para que o Ibama realize fiscalizações em UCs do estado. Também foram emitidas recomendações para a realização de fiscalizações em garimpos clandestinos. O Ministério da Defesa e o Ministério Público do Pará não responderam aos questionamentos da reportagem.

cotidiano

Secretário olavista e chefe evangélico da Capes são cotados para assumir o MEC

Bolsonaro é pressionado a manter a pasta sob comando de ala ideológica do governo, mesmo após a iminente saída de Abraham Weintraub

Paulo Saldaña, Daniel Carvalho e Julia Chaib

BRASÍLIA Com a iminência da saída de Abraham Weintraub do MEC (Ministério da Educação), o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) tem sido pressionado a manter a pasta sob o comando de ala ideológica e olavista de apoio ao governo.

A expectativa, já nos corredores do MEC, é que Weintraub deixe o cargo ainda nesta semana. A opção mais forte até agora é que um funcionário do ministério assumira a pasta de modo interino até a definição do novo ministro.

Bolsonaro tem procurado ser cauteloso com a demissão de Weintraub para não passar a seus apoiadores um sinal de que admite um erro do governo. Criticado por educadores e sem liderança na área, Weintraub conta com simpatia da militância mais afinada ao presidente.

O secretário de Alfabetização do MEC, Carlos Nadalim, é o principal nome que circula no grupo de bolsonaristas mais ideológicos. Ele chegou ao cargo por indicação do escritor Olavo de Carvalho ainda na equipe do ex-ministro Ricardo Vêlez Rodriguez — quando este foi demitido, também houve campanha para que Nadalim fosse nomeado ministro.

O governo não ignora o desgaste de insistir com um olavista; os acenos ideológicos de Weintraub culminaram na atual crise com o STF (Supremo Tribunal Federal).

Nome forte na militância, Nadalim não tem, porém, nem apoio de militares, nem respaldo do Congresso — partidos do centrão, que agora apoiam o governo, também articulam para emplacar o substituto.

Outra nome que tem ganhado força é o do presidente da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), Benedito Aguiar.

Com histórico acadêmico, ele conta com simpatia da bancada evangélica e ainda tem certa proximidade com o ministro do STF Alexandre de Moraes, que lecionou no Mackenzie quando Aguiar foi reitor da Universidade do Estado de São Paulo.

Aguiar já foi presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e da Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas.

Também são avaliados, ainda dentro do MEC, a secretária de Educação Básica, Ilona Beckskezy, e o secretário-executivo Antonio Vogel. Ambos são vistos mais como opções temporárias. Ilona tem apoio de olavistas e do próprio Nadalim. Vogel foi o responsável pela escolha da maioria da equipe de Weintraub e, como número dois da pasta, teria condições mais seguras de continuidade dos trabalhos.

O presidente gosta de seu chefe da Educação, mas tem sido convencido por seus ministros de que a manutenção de Weintraub prejudica o governo e intensifica a crise com outros Poderes, principalmente com o STF.

Em reunião ministerial de 22 de abril, Weintraub defendeu prisão de vagabundos, a começar pelo STF, e voltou a reafirmar o posicionamento em protesto no fim de semana, episódio que provocou desgaste considerado irreversível.

Leia mais em Poder

Federais têm aval para continuar com ensino remoto até fim do ano

Isabela Palhares

SÃO PAULO O MEC (Ministério da Educação) ampliou até o final do ano a autorização para que universidades federais continuem com aulas a distância nos cursos presenciais. Por medo de contaminação, as instituições avaliam não retomar o ensino presencial em 2020.

Em São Paulo, USP, Unesp e Unicamp já comunicaram aos alunos que vão iniciar o segundo semestre letivo apenas com aulas no formato EAD. As três instituições avaliam que até o final do ano podem retomar parte das atividades presenciais, mas apenas para disciplinas práticas.

Apesar de as universidades terem autonomia para definir o formato e cronograma das aulas, a portaria publicada pelo MEC nesta quarta (17) dá mais segurança para que as instituições mantenham as atividades a distância sem que sejam questionadas posteriormente. Na rede federal, as universidades do Rio de Janeiro, do Ceará e do ABC também anunciaram que continuam com o ensino remoto.

Com 180 mil alunos, as três universidades paulistas temem que a volta às aulas presenciais possa aumentar as contaminações no estado, especialmente em cidades menores onde têm campus. Por isso, anunciaram que irão continuar com as atividades remotas ainda que haja liberação do governo João Dória (PSDB).

As atividades remotas estão acontecendo e o formato está funcionando. Agora, com mais tempo de preparação e alguma experiência, poderemos melhorar a modalidade. Esperamos até o final do ano conseguir atingir o modelo híbrido, que é a mistura do ensino a distância com o presencial", disse Sandro Valentini, reitor da Unesp e presidente do Cрусep (Conselho de Reitores das Universidades do Estado de São Paulo).

As instituições avaliam que, quando for possível, retomam as atividades presenciais, será priorizada a volta dos correlatos para disciplinas práticas e dos que ingressaram neste ano e tiveram pouco contato com a universidade.

Para o início do segundo semestre, a Unesp vai distribuir 3.000 chips de celular para alunos com dificuldade de acesso à internet e está fazendo formação com os professores para o ensino remoto. Também vai criar 29 estúdios de gravação para produzir aulas.

Na USP, a previsão também é de manter as atividades a distância em 92% das disciplinas até o final deste ano. Segundo a instituição, das 6.000 disciplinas ofertadas no primeiro semestre deste ano, 92% ocorreram de forma remota.

A retomada das atividades presenciais para todos os alunos exige investimentos altos, em um momento que as três universidades projetam ter redução orçamentária de 11,5% (cerca de R\$ 1,2 bilhão a menos) para este ano, com a queda da arrecadação no estado.

PRONUI E FIES TAMBÉM TEM CRONOGRAMA ADIADO

O Ministério da Educação anunciou nesta quarta (17) alterações nos cronogramas de dois dos principais mecanismos de acesso ao ensino superior, com adiamento das inscrições das inscrições do ProUni (Programa Universidade para Todos) e do Fies (Financiamento Estudantil). As datas do Sisu (Sistema de Seleção Unificada) já haviam sido adiadas na terça (16). Os três utilizam as notas do Enem. O ProUni fornece bolsas integrais e parciais em instituições particulares de ensino superior e o Fies, contratos de financiamento das mensalidades. Já o Sisu é o sistema de acesso para universidades públicas. As mudanças nos cronogramas ocorreram, segundo o MEC, por causa da "suspensão de algumas atividades acadêmicas e administrativas nas universidades ocorridas em consequência da pandemia do novo coronavírus".

DATAS DIVULGADAS ATÉ AGORA

Sisu
• Inscrições: 7 a 10 de julho
• Resultados: 14 de julho

• Matrícula: 16 a 21 de julho
• Inscrições para lista de espera: 14 a 21 de julho

ProUni
• Inscrições: 14 a 17 de julho
• Consulta de vagas a partir de 7 de julho (previsão)

Fies
• Inscrições: 21 a 24 de julho
• Consulta de vagas a partir de 7 de julho (previsão)

• Inscrições: 21 a 24 de julho
• Consulta de vagas a partir de 7 de julho (previsão)